

Faltou o exame de uma nova comissão

Por sugestão de Ricardo Fiúza na noite de 17 de dezembro, as modificações posteriores só poderiam se dar em casos excepcionais e de forma transparente. Fiúza poderia fazer alterações de texto, quando verificasse erros patentes. Poderia ainda desdobrar, aglutinar ou trocar emendas de um mesmo parlamentar. Nesse caso, porém, por sua sugestão, teria de ter sido constituída comissão suprapartidária para analisar as modificações. Todas as lideranças partidárias teriam de ser ouvidas. E as modificações só poderiam se dar com autorização por escrito do deputado ou senador.

Algumas emendas foram incluídas depois. Comissão alguma foi constituída. As lideranças não tomaram conhecimento. Os parlamentares envolvidos não apresentaram, pelo menos que se conheça, qualquer autorização por escrito.

Tinoco admite esta falha. No caso das emendas incluídas, não sabia se havia cópias guardadas. Se as encontrar, entregará ainda hoje ao GLOBO, prometeu.

— Não me lembro de ter guardado isso. Ninguém me disse que eram os originais. Posso ver se ficaram no Prodasen, mas precisarei de pelo menos um dia para encontrar — disse Tinoco.

— Foi um dia muito tumultuado. Apresentaram quatro mil destaques. Não dava para votar um por um. O Fiúza ficou de publicar depois. Não me lembro também que poderes a comissão deu a Fiúza. A partir do momento em que o Orçamento saiu da comissão, não é mais da minha responsabilidade — descomprometeu-se o presidente da Comissão de Orçamento no ano passado, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

Contudo, não foram apresentados quatro mil destaques na noite de 17 de dezembro, mas 1.261, segundo registros da assessoria do senador Eduardo Suplicy.